

TRIBUTÁRIO

STF – Plenário – Pauta Virtual: 18.12.2020 a 05.02.2021

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 4560

Constitucionalidade do art. 1º, § 1º, I e do art. 8º, caput, da Lei nº 7.599/2000 do Estado da Bahia, que inovou regras vigentes do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico (Fundese), estabelecendo novas normas quanto à finalidade, fonte de recursos e concessão de financiamentos do ICMS devido, provocando a chamada guerra fiscal entre os estados.

Relator: Ministro Marco Aurélio

STF – Plenário – Pauta: 04.02.2021 – 14h

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 1945

Constitucionalidade de dispositivos da Lei nº 7.098/1998 do Estado do Mato Grosso, que consolidou normas referentes ao ICMS acerca da tributação sobre softwares (programas de computador).

Relatora: Ministra Cármen Lúcia

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 5659

Constitucionalidade do Decreto 46.877/2015, do art. 5º da Lei 6.763/1975 e do art. 1º, I e II, do Decreto 43.080/2002, todos do Estado de Minas Gerais, e do art. 2º da Lei Complementar nº 87/1996, acerca da incidência do ICMS sobre programas de computador.

Relator: Ministro Dias Toffoli

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 5469

Constitucionalidade de diversas cláusulas do Convênio ICMS 93/2015, que dispõe sobre procedimentos a serem observados nas operações e prestações que destinem bem e serviços a consumidor final não contribuinte do ICMS, localizados em outra unidade federada.

Relator: Ministro Dias Toffoli